**Ata da Audiência Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental-EIA/RIMA do empreendimento "Implantação de Linha de Transmissão de 345 kV – Tijuco Preto - Itapeti - Nordeste", de responsabilidade de Furnas Centrais Elétricas S/A, realizada no dia 06 de novembro de 2007, na cidade de Mogi das Cruzes.**

Realizou-se, no dia 06 de novembro de 2007, às 17 horas, no Auditório do Tiro de Guerra, Avenida Francisco Rodrigues Filho, 1.000, Bairro Mogilar, Mogi das Cruzes - SP, a audiência pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente-EIA/RIMA do empreendimento "**Implantação de Linha de Transmissão de 345 kV - Tijuco Preto - Itapeti - Nordeste",** de responsabilidade de Furnas Centrais Elétricas S/A., (Proc. SMA 13.645/2007). Dando início aos trabalhos, o **Secretário-Executivo do Consema**, **Germano Seara Filho,** declarou que, em nome do Secretário de Estado de Meio Ambiente e Presidente do Consema, Francisco Graziano Neto, saudava e dava boas vindas aos representantes dos Poderes Executivo e Legislativo - na pessoa do Excelentíssimo Senhor Jolindo Rennó, Vereador do Município de Mogi das Cruzes -, dos órgãos públicos - na pessoa do Senhor Edson Santos, Gerente Regional da Cetesb de Mogi das Cruzes -, das organizações da sociedade civil, das entidades ambientalistas, enfim, a todos que vieram participar da audiência pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente-EIA/RIMA do empreendimento **"Implantação de Linha de Transmissão de 345 kV – Tijuco Preto - Itapeti - Nordeste**", de responsabilidade de Furnas Centrais Elétricas S/A (Proc. SMA 13.645/2007). Declarou que tinha a missão de inicialmente compor a Mesa Diretora dos Trabalhos, chamando para dela fazer parte a representante da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção dos Recursos Naturais-CPRN, Maria Silvia Romitelli. Depois de explicar que a audiência pública constituía um dos momentos do processo de licenciamento ambiental cujo objetivo era ouvir a sociedade e recolher subsídios sobre o projeto específico que seria apresentado, contribuições essas que seriam juntadas ao processo para que os técnicos dos órgãos responsáveis pelo licenciamento as analisassem e verificassem a possibilidade de incorporá-las ao projeto, o **Secretário-Executivo** expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação Consema 34/01 para a condução das audiências públicas. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do empreendedor e da empresa responsável pela elaboração do EIA/RIMA. Depois de o representante do empreendedor, **Joerlei Carvalho Alves,** Gerente do Escritório de Construção de Mogi das Cruzes, apresentou um breve histórico da empresa e as principais características do projeto que se pretende implantar, e **Silvia Helena Padilha,** representante da empresa de consultoria Ecology Brasil, apresentou os estudos ambientais, os impactos por eles previstos e as respectivas medidas de compensação e mitigação propostas. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes das entidades da sociedade civil. **Romildo de Pinho Campelo,** representante da entidade Avepema - Associação do Verde e Proteção do Meio Ambiente, comentou: 1) que não era nem contrário nem favorável à implantação desse empreendimento, embora reconhecesse a necessidade de expansão dessa linha de transmissão para o crescimento do país, dando conta da demanda energética emergente; 2) que estava presente a essa audiência com o objetivo de contribuir para que a implantação dessa linha fosse feita da melhor forma possível, minimizando-se os impactos e preservando-se o patrimônio ambiental da região; 3) que Mogi das Cruzes possuía boas universidades como a Brás Cubas e a Mogi das Cruzes, que, inclusive, compunham uma reconhecida instituição de pesquisa chamada Semasi, que há quinze anos realizava estudos e levantamentos sobre a biodiversidade, como a fauna e a flora locais, e que, lamentavelmente, o EIA/RIMA não contemplou esdes estudos; 4) que sugeria também que as



Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

pesquisas realizados pelo Professor José Gregório Gomes, pesquisador do Instituto de Pesquisas Tecnológicas-IPT, referentes a microorganismos presentes exclusivamente no solo da Serra de Itapeti, e que possuíam funções bactericidas em culturas importantes, fossem considerados no EIA/RIMA e, para tanto, se procedesse o resgate de amostras desse solo como parte das preocupações de resgate do projeto; 5) que o EIA/RIMA abordou profundamente a questão da fauna, mas foi superficial no que diz respeito à flora, e era preciso considerar-se que o projeto atravessará duas importantes áreas de valor ambiental, a APA da Várzea do rio Tiete, produtora de 10 m³ de água por segundo, e que se pretende expandir para 15 m³/s com as novas obras da Sabesp na região, e também a Serra de Itapeti, e que ambas eram fundamentais para o equilíbrio ambiental da região, motivo pelo qual solicitava informações claras sobre onde seria aplicada a verba destinada á compensação ambiental dos impactos provenientes do projeto; 6) que era preciso se fazer uma reflexão que extrapolava o licenciamento desse empreendimento e se referia ao papel de Furnas, que era uma empresa fundamental para a infra-estrutura energética do Brasil, mas que o modelo de tributação dos municípios precisava ser alterado; 7) que, aos moldes do que vinha acontecendo com os empreendimentos da Petrobrás, ou seja, os benefícios gerados pelo aumento da arrecadação de impostos deveriam ser distribuídos ao longo de todas as cidades que seriam afetadas por essa linha de transmissão, e não somente na ponta do processo, qual seja, a região de Itaipu, onde era gerada a energia elétrica. Concluiu dando os parabéns à empresa de consultoria pela qualidade dos estudos apresentados e sugerindo fosse também elaborado estudo sobre a cidade de Salesópolis, no que diz respeito ao da biodiversidade para a recomposição vegetal das áreas afetadas pelo projeto. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes de órgãos públicos. **Moisés Francisco de Mello**, Comandante do 3º Pelotão da Polícia Ambiental de Mogi das Cruzes, sugeriu que parte da verba destinada à compensação ambiental fosse aplicada na aquisição de viaturas e equipamentos destinados a atividades de fiscalização da Polícia Ambiental de Mogi das Cruzes. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Legislativo. **Jolindo Rennó**, Vereador do Município de Mogi das Cruzes, comentou: 1) que a empresa Centrais Elétricas Furnas estava presente no dia a dia da cidade há mais de quatro décadas, com participações qualitativas tanto nas questões sociais do município como nas questões ambientais, pois se tratava de uma empresa de engenharia que sempre vinha aprimorando-se na minoração dos impactos ao meio ambiente; 2) que um projeto da envergadura da Implantação da Linha de Transmissão de 345 kV era fundamental para o fornecimento de energia elétrica no Brasil, mas, ao mesmo tempo, era preciso se ter conhecimento do valor total desse empreendimento, para se estimar o montante que seria destinado às compensações ambientais, levando-se em consideração que Mogi das Cruzes possuía dois terços de seu território com restrições ambientais, em decorrência da presença da APA da Várzea do Rio Tietê e da Serra de Itapeti, abrigando esta última o Parque Municipal de Itapeti, e que, portanto, sugeria que parte dos recursos provenientes das compensações ambientais fossem aplicados da seguinte forma: a) em programas de educação ambiental a serem desenvolvidos no próprio Parque Municipal de Itapeti; b) em programa de recuperação da mata ciliar do Rio Tietê, c) e na aquisição de viaturas e equipamentos destinados à Polícia Ambiental. A representante da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e Proteção dos Recursos Naturais, **Maria Sílvia Romitelli,** ofereceu informações acerca das compensações ambientais: 1) que a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC definia que 0,5% do valor do empreendimento fosse aplicado em programas de compensação ambiental em unidades de conservação de proteção integral da região onde se inseria o projeto; 2) que o empreendedor poderia sugerir onde aplicar esses recursos, mas que a decisão final era da



Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

Câmara de Compensação Ambiental, que funcionava no âmbito da Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Passou-se à etapa das réplicas. **Silvia Helena Padilha,** representante da empresa de consultoria Ecology Brasil, esclareceu: 1) que, em apenas trinta minutos, era impossível se apresentar todos os estudos e análises contidas no EIA/RIMA, e que, em termos genéricos, uma linha de transmissão gerava dois grandes impactos - na cobertura vegetal e na população vizinha ao projeto; 2) que, na elaboração do EIA/RIMA, foram consultados diversas instituições de ensino e pesquisa da região, que muito contribuíram para elaboração dos levantamentos sobre a fauna e a flora ao longo de todo corredor onde a linha de transmissão vai-se instalar, além de dados sócio-econômicos das cidades ao longo do trajeto; 3) que, em relação a Várzea do rio Tietê, os estudos foram dimensionados para que não houvesse nenhum tipo de impacto em qualquer dos corpos d´água, e que não seria instalada nenhuma torre de transmissão próxima do leito do rio, dada à elevada sensibilidade da região; 4) que o programa de recuperação de áreas degradadas previa a criação de mudas em viveiro próprio, onde seriam cultivadas espécies mais apropriadas para tal recomposição; 5) que, em relação aos campos eletromagnéticos, foi distribuído folheto com todas as explicações técnicas pertinentes, mas cabia enfatizar que a empresa sempre adotava critérios adequados para que os valores desses campos ficassem abaixo dos valores de referência usados internacionalmente; 6) que seria levada em conta a contribuição oferecida pelo senhor Romildo P. Campelo no que dizia respeito ao resgate de amostras de solo com funções bactericidas. Foi entregue durante a audiência um questionamento encaminhado pela Senhora Simone Santos. O **Secretário-Executivo** declarou, em seguida, que qualquer pessoa que ainda quisesse oferecer alguma contribuição para o processo de licenciamento desse empreendimento tinha o prazo de cinco (5) dias úteis para fazê-lo, ou enviando-a através dos Correios, protocolando-a diretamente na Secretaria Executiva do Consema, e que essa contribuição seria anexada ao processo. Depois de verificar que todas as etapas dessa audiência haviam sido cumpridas, o Secretário-Executivo, Germano Seara Filho, declarou encerrados os trabalhosw. Eu, **Paula Frassinete de Queiroz Siqueira,** Diretora da Divisão de Documentação da Secretaria Executiva do Consema lavrei e assino a presente ata.



Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br